

Lisandra Franco de Mendonça*

A inauguração da estátua de Gonçalves Zarco no Funchal

R E S U M O | *O objectivo do presente artigo é o de, enfatizar a instrumentalização da formalização do tributo a Gonçalves Zarco, no contexto da relação institucional do arquipélago com o Poder Central e a sua repercussão na, como escreveu Eduardo Pereira na Ilhas de Zargo, "vida socialmente renovadora e progressiva do Estado Novo na Madeira".*

Considero que essa instrumentalização correspondeu a uma forma de controlo da comunidade e inseriu-se num processo mais amplo de afirmação do Estado-Nação que implicou a regressão da autonomia administrativa.

A inauguração integrou um plano de remodelação profunda da cidade, em marcha desde o início da década de 1930. Tomar-se-á evidente que o projeto de modernização do Funchal delineou-se na primeira década do século XX, mas só encontrou meios para se desenrolar mais tarde, num enquadramento que aliou vontade política a imposição de poder.

Palavras chave: Funchal, Estado Novo, Zarco, Francisco Franco.

A B S T R A C T | *The purpose of this article is to emphasize the manipulation of the formal tribute to Gonçalves Zarco, in the context of the institutional relationship of the archipelago with the Estado Novo government and its impact on, as Eduardo Pereira wrote in the Ilhas de Zargo, "socially progressive and renewing life of the Estado Novo in Madeira".*

I believe that this instrumentalization corresponded to a form of control and was inserted in a broader process of affirmation of the Nation-State that led to the regression of administrative autonomy.

The inauguration was part of a plan of profound remodelling of the city, on the march from the early 1930s. It will become evident that the modernization project of Funchal was outlined in the first decade of the twentieth century, but only found ways to unfold later, in a political framework which combined political will to impose power.

Keywords: Funchal, Estado Novo, Zarco, Francisco Franco.

* Doutoranda em regime de cotutela pela Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais/ Instituto de Investigação Interdisciplinar) e pela Universidade de Roma 'La Sapienza' (História e Restauro da Arquitetura).

¹ Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo* (2ª ed., vol. II, Funchal: C.M.F., 1957), 575.

Introdução

No início da década de 1930 levantamentos populares na Madeira² levaram ao envio de tropas para o território insular³. A região era das mais pobres do país e o regime de *colônia*⁴, peculiar à ilha, condicionava a emancipação de uma população maioritariamente rural e analfabeta. No Funchal, a indústria era dominada pela comunidade inglesa, que desde Setecentos monopolizava os principais ciclos de riqueza⁵. Um século antes, o Funchal assistira à ocupação militar pelas tropas de Sua Majestade britânica⁶ e no contexto da revolta militar de 1931, face às dificuldades de atuação imediata do Governo Central, o governo britânico concorrera novamente com o desembarque de tropas no Funchal. Na inauguração do monumento a Gonçalves Zarco⁷, na Avenida Arriaga⁸, em 28 de Maio de 1934, num extenso programa comemorativo da Revolução Nacional⁹, essa realidade não foi esquecida.

“De hoje para o futuro, o estrangeiro que desembarcar no Funchal não encontrará só dísticos em inglês, nem só costumes em estrangeiro, encontrará ali um monumento português, um monumento que grita o seu nacionalismo, um monumento que representa bem um dos muitos heróis desta Nação heróica [...]”¹⁰.

O monumento ao capitão donatário e o conjunto urbanístico de que faz parte, constituem um exemplo físico de grande significado simbólico para a cidade do Funchal, com referente no lugar de memória dos Descobrimentos, do Império e da ideologia de celebração/ controlo do

² As Revoltas oposicionistas da Madeira de 1931 - a Revolta da Farinha (6 de fevereiro) e a Revolução da Madeira (4 de abril) -, envolveram “uma sublevação bastante complexa, preparada a nível nacional, na qual entraram forças políticas, militares, civis, deportados e até interesses económicos, tendo como principal objectivo o derrube da Ditadura.” Maria Elisa de França Brazão e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira 1931* (2ª ed., Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008), 124. Ver também Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira* (Lisboa: Editorial Caminho, 2006), 72-75 e 80-97.

³ A expedição enfrentou militares e populares revoltosos durante sete dias de combate. A revolta alastrou-se a algumas ilhas dos Açores e à Guiné Portuguesa. Verificaram-se também alguns levantamentos em São Tomé e em Moçambique. Cf. Francisco Lopes Melo, “1931: O ano de todas as revoltas”, *Arquivo digital do Ministério das Finanças* (s.d.), 3 (disponível in <http://www.sgmf.pt/Arquivo/Revista/Paginas/1931.aspx> - consultado em 30-04-2011).

⁴ Sobre este assunto, ver João José de Sousa, “A origem da colônia”, *Islenha* (n.º 13, jan.-fev. 1993), 47-73; Rui Carita, *História da Madeira* (Funchal: S.R.E.C., 2008), 413; Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XVIII”, *Diário de Notícias* (06-07-2008) e Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 75-79.

⁵ Sobre este assunto, ver Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Notas às Saudades da Terra* (Funchal: Tipografia Esperança, 1921), 720; Abel Fernandes *et al.*, *História da Madeira: Antologia de Textos* (Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1984), 104; António Ribeiro Marques da Silva, “Os inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio Inglês”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990), 469-475 e Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 70-71.

⁶ “No contexto das guerras napoleónicas, desembarcaram, por duas vezes, no Funchal, forças militares britânicas, a fim de tomarem a ilha da Madeira. A primeira ocupação ocorreu de Julho de 1801 a Janeiro seguinte. A segunda iniciou-se a 24 de Dezembro de 1807 e terminou no princípio de Outubro de 1814. Nos primeiros três meses da segunda ocupação, a Madeira ficou sob o domínio britânico. Jorge III, rei da Grã-Bretanha e da Irlanda, era então soberano dos madeirenses e a bandeira britânica achava-se içada em todas as fortalezas.” Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XIX”, *Diário de Notícias* (Funchal, 03-08-2008).

⁷ Sobre João Gonçalves Zarco (c.1393 - 1471), ver Manuel Rufino Teixeira, “João Gonçalves Zarco quem era?”, Separata da Revista *Islenha* (n.º 22, jan.-jun. 1998), 131-138.

⁸ A primeira avenida do Funchal em 1934 estendia-se da Sé ao Jardim de São Francisco, o atual Jardim Municipal. Construiu-se esse primeiro tramo da avenida sobre o Passeio Público, já delineado sobre o antigo terreiro da Sé. A Avenida, inaugurada em 1914, tomou o nome do deputado republicano Manuel José de Arriaga. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1840-1917) foi deputado pelo Funchal em 1882-1884. Ver Nelson Veríssimo, “O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882)”, *Islenha* (n.º 1, jul.- dez. 1987), 45-52.

⁹ A partir de 1926, o 28 de Maio passava a ser comemorado, com direito a cerimónias militares e civis. No Funchal, a parada militar desenrolava-se na Avenida Arriaga. Ver, José Manuel Melim Mendes, *Memórias do Funchal. O Bilhete-Postal Ilustrado até à Primeira Metade do Século XX* (Funchal: edição do autor, 2007), 266.

¹⁰ Passagem do discurso proferido por Rafael Basto Machado, Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, in “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (Funchal, 30-05-1934).

Estado Novo. A estátua invoca um percurso de celebração de um certo período da História¹¹, com passagem pela Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929)¹² e pelas Exposições do Estado Novo no território nacional¹³ e nas colónias ultramarinas das décadas de 1930 e 40.

1. Planos e projetos de urbanização para o Funchal

No final do século XVIII e ao longo do século XIX a Madeira transformara-se num importante polo de atração do turismo, principalmente terapêutico. O investimento no sector tinha levado à construção de um elevador entre a cidade e a freguesia do Monte e a um malgrado plano de edificação de uma rede de sanatórios¹⁴, “de baixa e grande altitude, com financiamento alemão e a que se encontrava ligada igualmente a construção de um casino na baixa da cidade, mas ao que se haviam oposto os comerciantes ingleses radicados no Funchal”¹⁵, ficando o Estado português obrigado a indemnizar a *Sociedade de Sanatórios* pela rescisão da concessão¹⁶. O incidente, com ampla repercussão a nível nacional e internacional, acentuou o imobilismo no fomento de obras públicas e nas tão necessárias infraestruturas de apoio ao turismo, e a subserviência aos interesses ingleses.

Com a implantação da República, os novos poderes locais procuraram contrariar o abandono a que se via votado o Funchal¹⁷ convidando Ventura Terra (1866 - 1919)¹⁸ “para elaborar um plano de urbanização que deveria dotar a cidade das condições que a projectassem para a época do Grande Turismo Internacional”¹⁹.

A partir de 1911, a Câmara do Funchal iniciara uma série demolições no centro da cidade (nomeadamente, de uma parte das muralhas junto à Alfândega e do velho edifício, no Largo da Sé, onde funcionou a Câmara e o calabouço), procurando também, à semelhança da Capital, transformar o Passeio Público numa avenida ampla. O resultado imediato das obras foi o desaparecimento das praças fechadas que envolviam a Sé. Reconfigurava-se assim uma parte importante do espaço urbano público, de feição medieval, seguindo o modelo corrente nas cidades europeias que se queriam “modernizar”, substituindo praças e largos compartimentados irregulares pela perspectiva bidimensional das avenidas, com enquadramento central²⁰.

Interessa ao argumento perceber em que condições chegou o Funchal ao início de

¹¹ Uma atitude símile marcou em diversas épocas o “aproveitamento” dos monumentos, e.g. o entendimento em grande parte da Europa, ao longo do século XIX, da *mise en valeur* do monumento, residia no servir um propósito, que (em determinadas situações políticas e nacionalistas) podia criar – reportando o monumento a um modelo – formas emblemáticas (falsas), que facilmente induziam a recordar um antigo esplendor, cf. Roberto Di Stefano, “Presentazione”, *Le Sette Lampade dell’Architettura*, John Ruskin (Milão: Jaka Book, 2007), 23.

¹² Onde foi premiada com a medalha de ouro. Cf. Cristina Ferreira de Almeida, *Exposições Universais Barcelona 1929* (Lisboa: Expo’98, 1995), 44-47.

¹³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”* (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1991), 135-167 e 656 e Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940* (Lisboa: Livros Horizonte, 1998).

¹⁴ Sobre este assunto, ver Gisela Medina Guevara, *As relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: a questão da concessão dos sanatórios da ilha da Madeira* (Lisboa: Edições Colibri, 1997) e Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 71.

¹⁵ Rui Carita, “Prefácio”, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, Teresa Vasconcelos (Funchal: Funchal 500 anos, 2008), 11-12.

¹⁶ Gisela Medina Guevara, *op. cit.*, 111-112.

¹⁷ Cf. Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 69-70.

¹⁸ Miguel Ventura Terra, contava já com extensa obra, ver “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto”, *Universidade do Porto*, (disponível in http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004304 - consultada em 12/07/2014); Maria José Araújo Lima Perdigão, *O Arquitecto Miguel Ventura Terra: Vida e Obra* (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1988) e Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, *Margem* (n.º 1, 1995), 30.

¹⁹ Rui Carita, “Prefácio”, 11.

²⁰ Sobre a “tridimensionalidade antitética da perspectiva” e o “valor estético do espaço fechado”, ver Bruno Zevi, *A Linguagem Moderna da Arquitectura* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004), 35-38 e Françoise Choay, *O Urbanismo* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1998), 210-211.

Novecentos, recorrendo, de forma sintética, à formação e expansão do núcleo urbano e seus traços fundamentais²¹, atenuados nas décadas seguintes pelo traçado enérgico de novos eixos.

A primitiva povoação do Funchal, tomou forma a partir de dois pequenos aglomerados dispostos ao longo da baía: um a nascente, onde se construiu a primeira igreja, de Santa Maria do Calhau (c. 1430), junto ao calhau da praia e à ribeira de João Gomes e um segundo, a poente, junto à primitiva residência do futuro capitão donatário do Funchal, João Gonçalves Zarco, nos arrifes de Santa Catarina²². Ficou desde logo demarcada a zona nobre da povoação sobre o penedo, a oeste, enquanto artesãos e pescadores se fixavam junto à praia, a leste. O assentamento desenvolveu-se, de modo mais ou menos espontâneo, ao longo de um caminho paralelo à praia, que ligava o velho povoado de Santa Maria do Calhau ao de Santa Catarina. Progressivamente foram-se criando caminhos perpendiculares à costa, que seguiam sensivelmente a linha das margens das ribeiras, assim como outros, paralelos ao primitivo eixo nascente-poente. A rápida expansão urbana depressa levou à ocupação do espaço disponível entre as três ribeiras que atravessam o Funchal, concorrendo à elevação a cidade, já em 1508²³.

D. Manuel, ainda Duque, determinou o arranjo urbanístico da futura cidade, a erguer no seu chão de canaviais²⁴. Em pleno século XVI, a parte nobre da cidade passava a ser a zona da Sé e arredores, apetrechada com os principais equipamentos públicos e o centro administrativo da capitania: “a Câmara e Paço dos Tabeliães, a Alfândega e a residência dos capitães donatários, com um baluarte [...], designado depois por Fortaleza de S. Lourenço”²⁵. Ficava assim assinalado o centro da urbe, reafirmado pelo crescimento sucessivo da cidade e pelos planos de urbanização do início do século XX²⁶.

Até ao século XVIII não se conhecem verdadeiros planos de urbanização para o Funchal²⁷. A planta de Mateus Fernandes, de 1570, entendia sobretudo colmar a estrutura defensiva da cidade²⁸, assente numa linha de fortificação costeira. A expansão sequente ficou condicionada pela presença das muralhas e a construção pré-existente.

Com a aluvião de 9 de outubro de 1803, que arrasou grande parte da baixa da cidade e provocou centenas de mortos²⁹, foi mandada levantar uma planta e um plano de melhoramentos, a cargo do brigadeiro de Engenharia Reinaldo Oudinot (1747-1807)³⁰. O plano do brigadeiro Oudinot (1804) previa a reconstrução do centro da cidade e a construção de uma nova ‘Cidade das Angústias’, a oeste. O desenho da nova cidade, de intuito racionalista, inerente ao traço dos

²¹ Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)* (Funchal: Funchal 500 anos, 2008), 14.

²² Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 27. Ver também, Manuel Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo Português. séculos XIII - XVIII Portugal – Brasil* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 47-69.

²³ Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 22.

²⁴ Ver Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 28.

²⁵ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 23. Na Fortaleza Palácio de S. Lourenço, residência oficial dos antigos capitães e Governadores Cívicos, reside atualmente o Ministro da República.

²⁶ O plano de Ventura Terra (1913-1915) previa para o quarteirão norte que margina o primeiro tramo da Avenida Arriaga um “espaço reservado para o palácio das repartições públicas”. Na década de 1930 a Junta Geral adquiriu, nessa área, o edifício do antigo Hospital onde instalou a sua sede, o atual Palácio do Governo Regional.

²⁷ O crescimento da cidade sofreu um abrandamento ao longo dos séculos XVII e XVIII, crescendo sobre si própria, com o aumento da densidade construtiva no interior dos quarteirões centrais. Cf. Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, *Malha Urbana* (n.º 10, vol.10, 2010), 209 e Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29.

²⁸ Sobre esta planta, ver Rui Carita, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira* (vol. II, Funchal: Secretaria Regional da Educação, 1999), 205. Sobre a estrutura defensiva do Funchal construída progressivamente até ao século XVII, ver Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29 e Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *Op. cit.*, 81-83 e 88-91.

²⁹ Sobre este assunto, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *Op. cit.*, 102-104 e Nelson Veríssimo, *O Funchal em Cinco actos: o séc. XIX*.

³⁰ Sobre Reinaldo Oudinot, ver José da Cunha Saraiva, *A bacia hidrográfica do rio Lis e os trabalhos do engenheiro Reinaldo Oudinot no século XVIII* (Lisboa: Ministério das Finanças, Arquivo Histórico, 1943).

engenheiros militares, definia um conjunto urbano ortogonal disposto paralelamente à linha da costa, sobre o porto e Santa Catarina³¹, entre a Ribeira de São João e o Ribeiro Seco. Reconstruiu-se o centro e fez-se a canalização das três ribeiras, mas a ‘Nova Cidade’ ficou-se pela construção do chafariz dos Ilhéus³². O planeamento urbanístico da cidade para oeste só seria retomado no início do século XX.

1.1 O “Plano de Melhoramentos” de Ventura Terra (1913-1915)

Com o advento da República, a Câmara do Funchal assumiu a encomenda de um plano de embelezamento da cidade, a Miguel Ventura Terra (1866-1919). O plano, definido à distância, denotava a escola francesa na formação do autor, nos grandes eixos urbanos e inerente “arejamento” do ‘acanhado’ centro histórico. A cidade do Funchal aparecia agora retalhada por uma rede viária ampla, pontuada de rotundas, praças e parques arborizados, mais adequados, na opinião do urbanista, às exigências e ao conforto de uma população cidadina, e à recepção de turistas.

Da visita do arquiteto ao local, no início de 1913, ficou o apontamento descritivo de uma povoação “completamente destituída dos requisitos que faziam a formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas”³³. O plano de trabalhos previa o faseamento das obras a executar, segundo a hierarquia do traçado, para um período de 50 a 100 anos: na primeira fase, criava-se uma rede de novas vias e sucessivamente, a transição calculada para o traçado “definitivo” (da cidade na segunda metade do século XX). No entendimento do projetista, a região deveria dar início, de súbito, à construção de uma estrutura viária eficiente que suportasse os melhoramentos sucessivos, nomeadamente o alargamento da rede de saneamento básico e a construção de novos bairros (a oeste, para as classes privilegiadas e a leste, para as operárias). Enquanto trabalhava na definição do plano, Ventura Terra fez chegar ao Funchal, a partir de 1913, vários desenhos parcelares para as novas vias. A Avenida Oeste³⁴, com referente nessas instruções, viu a conclusão do primeiro tramo, compreendido entre a Sé e o Jardim de São Francisco (Fig.1) a meados da segunda década do século XX. O prolongamento, até à ribeira de São João, prosseguiu a partir da década de 1930 (Fig. 2)³⁵.

Ventura Terra projetou também uma praça ampla para a frente de mar, que comunicava diretamente com o cais da “Entrada da Cidade” (Fig. 3), considerando “que todo o movimento do Funchal advinha, em primeiro lugar, do seu porto”³⁶. Da enorme praça, fazia partir uma avenida (o primeiro tramo da atual Avenida Zarco) (Fig. 4), derrubando, pelo caminho, parte da Fortaleza Palácio de São Lourenço. Para a frente de mar, traçou uma avenida (a Avenida Marginal), que corria a baía desde a Ribeira de São João, a oeste, até ao Forte de São Tiago, no extremo este. A Avenida Marginal, já com outra definição, teve sequência a partir da década de 1930, deixando de lado a grande praça central, uma vez que, entretanto, a recepção aos turistas tinha passado

³¹ Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29. Cf. “Planta da cidade do Funchal que representa o estado em que ficou depois do aluvião de 3 de Outubro de 1803, e a posição das Praças” (Estampa 1) in Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira* (Funchal: D.R.A.C., 1982), 48-49.

³² Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29. Para uma síntese da evolução da cidade do Funchal no século XIX, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, 124-125.

³³ Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, 31-32.

³⁴ Avenida que se estende da Sé até ao Ribeiro Seco, a oeste. Corresponde a parte das atuais Avenidas Arriaga, do Infante e Monumental. Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 162.

³⁵ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 87.

³⁶ *Ibidem*, 36.

para o molhe da Pontinha³⁷. O Plano definia três grandes vias longitudinais, que atravessavam o Funchal, conduzindo o movimento da cidade para a periferia: a Avenida Oeste, a Leste e a Norte (sobre a Ribeira de Santa Luzia). Destas, apenas a Avenida Oeste teve seguimento, “colidindo as anteriores com as forças vivas da cidade, impossíveis de contornar, como seja demolir os baluartes da Fortaleza de São Lourenço, ou deitar abaixo a torre e o transepto da Sé”³⁸.

Para a Nova Praça da República, que se estendia da Sé ao Jardim Pequeno, Ventura Terra propôs, no enfiamento da “Entrada da Cidade”, a colocação de um elemento escultório, em sintonia com a restante proposta global do plano, que previa para a composição do espaço urbano, nas praças e rotundas, a observação de outras manifestações artísticas.

O anteprojecto do plano foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal em 1914 e o projecto concluiu-se no ano seguinte. Todavia, a escala e a ambição dos “melhoramentos”, a conjuntura nacional³⁹ e internacional, em plena I Guerra Mundial, e de sequência o agravamento da crise económica e financeira do país, adiaram a sua concretização. Foi necessário esperar cerca de quinze anos para que o presidente da edilidade, Fernão Ornelas (1935-1946)⁴⁰, retomasse pontualmente a proposta de Ventura Terra.

No início da década de 1930, face à mudança de regime e a uma maior articulação entre a Junta Geral e a edilidade Funchalense, encomendou-se o “Plano de Urbanização para a Cidade do Funchal” (1931-33)⁴¹ a Carlos Ramos (1897-1969)⁴², de forma a promover a reformulação da estrutura viária e funcional da cidade e o enquadramento das áreas residenciais que acentuavam o crescimento desordenado à saída da cidade.

O novo plano retomou, em linhas gerais, o plano de Ventura Terra, nomeadamente, na organização funcional (e.g. hospital, bairros residenciais e centro administrativo) e na ideia, sem seguimento, de abrir avenidas sobre as ribeiras, ignorando a pujança das aluviões que arrasam ciclicamente a parte baixa da cidade. Previa, também, uma Avenida Marginal e o prolongamento da Avenida Oeste, no seguimento da Avenida Arriaga, então em construção⁴³.

Dentro do fecho temporal que interessa este estudo, o novo plano teve, sobretudo, incidência na definição do quarteirão confinante a norte com a Avenida Arriaga, opondo-se à demolição do velho Hospital da Misericórdia (século XVII), adaptado à instalação da Junta Geral. Não conseguiu impedir, no entanto, o prolongamento “a direito” da Avenida Zarco e de sequência, a demolição do extremo poente do antigo Hospital da Misericórdia⁴⁴. Com o prolongamento da Avenida, assentaram-se novos equipamentos (a ampliação da sede da Junta Geral, a sede do

³⁷ O velho cais e o porto do Funchal (molhe da Pontinha) foram ampliados na década de 1930, cf. Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 804 e 808. Ver também, Nelson Veríssimo, O Funchal em cinco actos: o séc. XIX.

³⁸ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 37.

³⁹ Sobreretudo a instabilidade política da I República e a frequente alteração de governadores civis na ilha, cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 120.

⁴⁰ Fernão Ornelas Gonçalves (1908-1978), foi o principal motor da requalificação profunda do Funchal na primeira metade do século XX. Sobre a sua obra, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, 138-141.

⁴¹ Apesar da crise económica instalada com o controlo financeiro da ditadura de Salazar, o Funchal solicitou em 1931 um novo plano de melhoramentos. O plano trouxe o prolongamento da Avenida Oeste, com a construção da Avenida do Infante, nas décadas de 1930 e 40. Cf. Rui Carita, *Funchal 500 anos de História* (Funchal: “Funchal 500 anos”, 2008), 151-152.

⁴² Sobre Carlos Ramos, ver Bárbara Santos Coutinho, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e ação. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição* (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001).

⁴³ O prolongamento da Avenida Arriaga, entre o Jardim pequeno e a Ribeira de São João, concluiu-se em 1934.

⁴⁴ A demolição ocorreu em 1936. O edifício tinha sido adquirido pela Junta Geral em 1932 e foi considerado por Carlos Ramos “um dos mais belos edifícios do século XVII que se podiam encontrar no Funchal, pronunciando-se contra o polémico prolongamento da Avenida Zarco a direito.” Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, 81. O edifício foi sucessivamente remodelado e recebeu uma nova frente sobre a Avenida Zarco, com projecto de Januário Godinho, em meados da década de 1940. Acolhe atualmente as instalações do Governo Regional. *Ibidem*, 173.

banco de Portugal⁴⁵ e o edifício dos Correios), e reafirmou-se o eixo da “Entrada da Cidade” e a monumentalidade do conjunto. O plano encontrou um enquadramento legal muito distinto do de 1915, que permitiu a expropriação pela edilidade das áreas necessárias à execução das obras⁴⁶ e a imposição de normas de edificação, ao longo das principais avenidas⁴⁷. Este processo de planeamento e investimento significativo em grandes obras públicas pode ser sintetizado nas palavras de Aldo Rossi, numa crítica ao programa de um governo autoritário: “conciliar o mínimo de direitos políticos com o máximo de prosperidade material”⁴⁸.

2. O contexto regional – a discussão sobre o alargamento da autonomia

No início da década de 1920 o Governo Central era acusado de não conhecer a realidade regional e ignorar as aspirações dos madeirenses⁴⁹. O discurso com, mais ou menos, ênfase nas dificuldades que atravessavam a ilha, assumiu contornos exacerbados no início das décadas de 1920 e de 1930. As dificuldades tinham-se agravado com a crise económica da I Guerra Mundial: o monopólio do açúcar, o regime cerealífero e infraestruturas pouco adequadas às exigências do turismo, nomeadamente a falta de condições do porto do Funchal, que afastava muitos navios para as Canárias e com eles uma parte importante do comércio da cidade do Funchal, muito dependente do movimento dos turistas⁵⁰. O agravamento da crise económica e financeira, a distância à capital e a morosidade nos contactos entre as autoridades locais e o governo central faziam esperar uma descentralização administrativa e económica, traduzida em mais autonomia para o governo da região. No longo debate que progressivamente uniu a opinião pública aos representantes locais, o progresso e o crescimento económico dependiam, quase exclusivamente, do alargamento da autonomia administrativa⁵¹. O movimento, com eco nos Açores, fez esperar uma estratégia concertada dos distritos insulares.

Do intenso debate que animou o Funchal nesse período, surgiu a sugestão de associar a campanha autonomista às Comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira (1922)⁵².

O projeto do estatuto autonómico elaborado pela Comissão da Madeira não chegou, no entanto, a ser apresentado no Congresso da República⁵³. Os autonomistas dos dois arquipélagos não chegaram a um consenso. O princípio da autonomia ampla esmoreceu deixando de lado grande parte das reivindicações. A falta de uma consciência regionalista bem definida, a ligação tradicional com a Inglaterra e a admiração pelo sistema administrativo que esta estabelecera para

⁴⁵ Foi projetada pelo Arq. Edmundo Tavares (1934) e inaugurada em dezembro de 1940. Ver Sérgio Miguel Gouveia Franco, “Obras por Ordem Cronológica”, *A obra de Edmundo Tavares no Funchal* (Diss. Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012) Anexos I, 14.

⁴⁶ Cf. Decreto n.º 17 508, de 22 de Outubro de 1929.

⁴⁷ Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 62-73.

⁴⁸ Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade* (Lisboa: Edições Cosmos, 2001), 208.

⁴⁹ A oposição encontrava eco nos periódicos funchalenses ao serviço dos vários partidos e dos movimentos corporativos, e.g. *O Proletário* e o *Trabalho e União* pelo operariado e o *Jornal da Madeira*, regionalista e pela monarquia, incitava o debate pelo alargamento da autonomia regional.

⁵⁰ Nélson Veríssimo, “O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990), 493-507.

⁵¹ *Ibidem*, 439-507. Ver também, Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 72.

⁵² Cf. Rui Carita, “O monumento a Cristóvão Colombo de Francisco Franco”, *Isenha* (n.º 5, jul. – dez. 1989).

⁵³ “O senador Vasco Marques não chegou a apresentar no Congresso um projecto de lei sobre a autonomia dos distritos insulares, como a imprensa tinha noticiado, mas levou ao Senado, em 9 de Março de 1923, a questão da autonomia da Madeira. Depois de historiar o processo desencadeado desde Outubro de 1922, e apontar os principais problemas e reivindicações dos madeirenses, o senador concluiu que a Madeira prescindia da tutela do Terreiro do Paço, que não pedia mais receitas, apenas queria que deixassem os madeirenses governar livremente o que era caracteristicamente local.” Nélson Veríssimo, “O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)”, 505.

as *Crown colonies*⁵⁴, impedia que a maior parte dos interlocutores do movimento autonomista se demarcasse do discurso extremista das cúpulas dos partidos a que pertenciam, confundindo no seu discurso as reivindicações dos madeirenses com separatismo⁵⁵.

No início da década de 1930, o descontentamento dava lugar à revolta⁵⁶. No contexto da Revolta da Madeira alterava-se a imagem de Salazar na imprensa madeirense. Se a meados da década de 1920, a sua presença nas conferências da Juventude Católica, no Funchal⁵⁷, tinha deixado a imagem de um homem erudito, profundamente consciente das dificuldades do país e do seu tempo, passava a ser visto como um homem sinistro, responsável pela miséria do povo. No *Notícias da Madeira*, porta-voz dos revoltosos, pode ler-se o seguinte:

“Perante as ilhas em revolta de facto, perante o país revoltado em espírito, continua ainda a sua obra sinistra. [...] A sua demissão seria o fim da luta, aponte de passagem para a normalidade constitucional. [...] Oliveira Salazar, eis o nome maldito, do responsável por todos os males da Pátria. Derrubá-lo do poder constitui uma necessidade imanente, para salvação nacional. Por isso o louco há-de cair desamparadamente, entre um coro formidável, imenso de alívio e alegria”⁵⁸.

A situação alterou-se rapidamente. À luta pela autonomia política e financeira da década de 1920 seguiu-se a Revolução Nacional de 1926. Progressivamente, a Junta Geral foi cerceada nos seus poderes e ambições e a autonomia regrediu⁵⁹. Na nova realidade política-administrativa, o centralismo orientava, à distância, as ambições do todo e de cada um.

3. A encomenda, a obra e a inauguração

⁵⁴ *Ibidem*: 494. Autonomia ampla com função governativa, compreendendo um Conselho Legislativo e um Conselho Executivo e função representativa desempenhada por um governador civil nomeado mediante consulta ao conselho executivo. Sobre o “projecto de bases” da autonomia, ver Manuel Pestana Reis, “Regionalismo. A autonomia da Madeira”, *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, Publicação comemorativa* (Funchal, Dezembro de 1922). Havia três tipos de colónia da Coroa no Império Britânico com diferentes graus de autonomia: os conselhos representativos (com uma ou duas Câmaras legislativas, com membros nomeados pela Coroa e alguns membros eleitos localmente), com os conselhos nomeados (inteiramente composta por membros nomeados pela Coroa, com alguns representantes nomeados a partir da população local) e governado diretamente por um governador. A proposta de Manuel Pestana Reis revia-se no primeiro tipo.

⁵⁵ Ver Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 99-138.

⁵⁶ “O governo português, para dominar a revolta, mandou fechar a ilha à navegação internacional isolando-a completamente do mundo; mandou bombardear os arredores do Funchal e desencadeou uma operação contra Machico.” João Soares, *A Revolta da Madeira* (Lisboa: Editorial Império, 1979), 252-260. Ver também, Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 79-95.

⁵⁷ Salazar visitou a Madeira em abril de 1925, onde realizou duas conferências, que intitulou “O Bolchevismo e a Congregação” e “Laicismo e Liberdades”. Estas conferências, aparentemente despreziosas, enunciavam o pensamento político do orador e prepararam a plateia para as linhas mestras do desígnio da nação: “À parte de todas as ideologias, começam a iluminar-se e a impor-se à atenção do Estado, três princípios que a moral há muito prezava sem se fazer obedecer: que a solidariedade social exige de todos os homens uma parte do trabalho da colectividade; que não deve atender-se ao supérfluo antes de satisfazer o necessário; que a riqueza, cristalização dum trabalho humano não deve ser desperdiçada, mas aplicada em proporção das necessidades que satisfaz – *trabalho, modéstia e economia*.” In “O Bolchevismo e a Congregação”, *Diário da Madeira* (15-04-1925), cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, *Isenba* (n.º 20, jan. – jun. 1997), 77-78.

⁵⁸ Ferro Alves, “O homem Sinistro Salazar Comanda a Guerra”, *Notícias da Madeira* (2-5-1931), cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, 77-78.

⁵⁹ “Nos primeiros anos ainda foi possível às Juntas Gerais dos Açores e da Madeira obterem o reconhecimento constitucional da especificidade insular através do artigo 124.º da Constituição de 1933, acompanhado de alguns aumentos de receitas e certo desafogo nas despesas. Mas foi sol de pouca dura. Com SALAZAR e a sua disciplina dos dinheiros públicos, a autonomia distrital viu-se de novo cerceada de meios; e, com o Estatuto de 1940, vigiada de perto pelos Governadores dos Distritos, directamente ligados ao Ministério do Interior, com poder para nomear e demitir os presidentes das juntas gerais e os das câmaras – e os regedores das freguesias.” Álvaro Monjardino, “Raízes da Autonomia Constitucional”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990), 890. Ver também, Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 99-138. O decreto de 8 de agosto de 1901, estabeleceu a Autonomia Administrativa do Distrito do Funchal e a Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913 deu-lhe o enquadramento sucessivo, que se manteve, sem alterações significativas, até ao final do Estado Novo. Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 103-104.

O monumento a Gonçalves Zarco partiu de uma encomenda da Junta Geral do Distrito do Funchal, ao escultor Francisco Franco (1885-1955)⁶⁰, em 1918. Em 27 de Outubro de 1928, apresentava-se a estátua de Gonçalves Zarco⁶¹ na Avenida da Liberdade, em Lisboa, antes de ser embarcada para a Madeira⁶². Depois do primeiro impacto, as críticas no meio académico foram unânimes, a obra rompia com a representação do antigo regime. O modernismo de Franco traduzia o espírito de um tempo novo que “como um sopro, [difundia] todo o vigor do nosso passado de gente aguerrida e esforçada, consciente e fecunda”⁶³.

A fortuna de Francisco Franco marcou vários pontos do país e a presença assídua nas grandes Exposições das décadas de 1930 e 1940. Um Infante D. Henrique para as Exposições Coloniais de Paris (1931)⁶⁴ e de Nápoles (1934) ou um Salazar na Exposição Internacional de Paris (1937)⁶⁵ atestam a sua eficácia na tradução da comemorativa “Política do Espírito”, de António Ferro⁶⁶.

A primeira pedra do monumento a Gonçalves Zarco no Funchal, foi lançada em 29 de Dezembro de 1922, nas Comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira. A obra foi inaugurada em 28 de Maio de 1934 (Fig. 6).

O projeto do pedestal, da autoria do arquiteto Cristino da Silva⁶⁷, engloba quatro baixos-relevos, também de Francisco Franco, num apelo a elementos alegóricos da Expansão que são toda uma ideologia programática: “Conquista”, “Colonização”, “Evangelição” e “Sabedoria”⁶⁸.

⁶⁰ Do escultor madeirense, afirmou-se, no seu tempo, que foi “o maior escultor português do século XX”. Lúcia Almeida Matos, *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007), 318. “A importância e o significado desta obra [o Zarco] não precisou de esperar por adesões tardias, forjadas em metódicas dúvidas, porque imediatamente suscitou admiração generalizada e o respeito da crítica que logo lhe sublinhou as potencialidades, [...]” (Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, O Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”, 654-655*). Sobre a biografia de Francisco Franco, a participação nos “5 Independentes”, a passagem por Paris e Roma, e a obra extraordinária deixada no Funchal, ver Rui Carita, “O monumento a Cristóvão Colombo de Francisco Franco”, 95-96; Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”* (Lisboa: Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1997), 13-26; António Carlos Valente, *As artes plásticas na Madeira (1910-1990): conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional no século XX* (Diss. Mestrado, Universidade da Madeira, Funchal: Edição do Autor, 1999), 33-35 e Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 171-183 e 312-318. A estátua aparece referida em várias obras como simplesmente “o Zarco”, e.g. Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”*, e no Funchal é tratada familiarmente nesses mesmos termos. Como escreveu Nelson Veríssimo: “Nesse quotidiano ilhéu, Zarco assume vulto de patriarca, invocando para fazer valer as origens, eleito em tempo de demandas, quanto é imperioso afirmar a identidade. Zarco tornou-se símbolo desta comunidade. Faz parte do seu universo místico.” Nelson Veríssimo, “Editorial”, *Islenha* (n.º 3, jul. – dez. 1998), 5.

⁶¹ Francisco Franco tinha criado um busto para o Zarco em 1915, inaugurado em 2 de Julho de 1919, no Funchal, no Terreiro da Luta, cf. José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da região autónoma da Madeira: Inventário* (Funchal: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996), 45. Durante a década seguinte, realizou inúmeros estudos para a figura do Zarco. Ver António Carlos Valente, *As artes plásticas na Madeira (1910-1990): conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional no século XX*, 48-51 e Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 160-165 e 167-170.

⁶² Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 159.

⁶³ Mendes, 1928: 73 apud Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”*, 33.

⁶⁴ Ver Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 236-238.

⁶⁵ No mesmo mês de maio de 1934 em que inaugurou “o Zarco” no Funchal, Franco realizava o seu primeiro busto de Salazar, a convite de António Ferro, exposto no ano seguinte na I Exposição de Arte Moderna do Secretariado de Propaganda Nacional, ver Fig. 8. Para a Exposição Universal de Paris, realizou vários estudos para uma estátua de Salazar envergando traje académico, inaugurada em 10 de junho de 1937, no Pavilhão de Portugal. Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)* (Amadora, Bertrand Editora, 1991), 153. O tema foi retomado sucessivamente (em reproduções em pedra e em bronze), na Exposição do Duplo Centenário de 1940, numa cópia para o átrio do Liceu Salazar (1952) na antiga Lourenço Marques, noutra cópia para o pátio interior do Palácio Foz (1959), entre outras. Um esboço em gesso, desse tema, encontra-se no depósito do Museu Henrique e Francisco Franco, no Funchal (cf. “Liceu Salazar em Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral* (n.º 72, 1952), 148 e Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, 39-73).

⁶⁶ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”, 487-579* e Margarida Acciaiuoli, *António Ferro - A Vertigem da Palavra* (Lisboa: Autora e Editorial Bizâncio, 2013).

⁶⁷ Para a memória descritiva do pedestal, ver Luís Cristino da Silva, *Arquitectura* (ano II, n.º 15, dez. 1928), 228-230 apud Lúcia Almeida Matos, *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*, 164.

⁶⁸ “As iniciais alegorias da “Força”, da “Ciência”, da “Lusitânia”, [...], sucederam-se, em projecto definitivo, as da “Conquista”, “Sabedoria”, “Cristianização” e “Colonização”, [...]. [...] e não é de excluir que tenham tido interferência sugestões do poder político já fortalecido e institucionalizado.” Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”* (nota 2), 917. Ver também Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 166.

Nas palavras da crítica de arte do regime, o vulto do “Zarco” e os quatro painéis inspiravam-se nos valores antigos da pintura de Nuno Gonçalves⁶⁹, oficializada em trabalhos sucessivos.

A colocação do monumento na principal artéria da cidade do Funchal, a eixo da Sé e no prolongamento da “Entrada da Cidade”⁷⁰, era aguardada localmente como um prenúncio de progresso.

“O prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco dará lugar à construção dos novos edifícios do Banco de Portugal, com a fachada sobre esta artéria e a Avenida Arriaga, e dos Correios e Telégrafos, [...]”

[...] A colocação da bela estátua de Gonçalves Zarco na principal avenida e no centro do Funchal, virá indubitavelmente pôr uma nota artística na nossa cidade, presentemente desprovida de monumentos.

Devemos acrescentar que a solução dada pela digna Comissão Administrativa da Junta Geral do Funchal ao prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco, fazendo-o em linha recta tirada da actual avenida, foi excelentemente aceite pelo público, [...]”⁷¹.

Efetivamente, o monumento inaugurou um período favorável a obras públicas estruturantes. Apoiada no “Plano de Urbanização” (1931-33), de Carlos Ramos, a cidade modernizou-se ao longo das décadas de 1930, 40 e 50, devido, em grande parte, à intervenção do Governo Central⁷².

A expansão da cidade para poente, a partir do prolongamento da Avenida do Oeste (as atuais Infante e Monumental), já apontada na Planta do brigadeiro Oudinot (1804)⁷³, criou as condições necessárias para a implantação de novas unidades hoteleiras e a assunção de um novo ciclo económico, que passou a orientar a estratégia económica e de desenvolvimento do arquipélago.

Nas palavras de José-Augusto França foi nesse processo de edificação de estruturas de suporte do Estado Novo que “se integrou um dos primeiros monumentos modernos [...] em Portugal, não em Lisboa mas no Funchal, para comemorar Gonçalves Zarco, o descobridor da ilha – primeira estátua de uma longa série que definiria a escultura nacional mais característica até aos primeiros anos 70, ao fim do regime que a encomendara”⁷⁴.

Nos periódicos madeirenses, tanto a encomenda, como o início dos trabalhos (que se arrastaram por 11 anos), e as cerimónias de inauguração, foram tratados com significativo enlevo. Nos dias que seguiram a inauguração, os periódicos da ilha exploraram de forma detalhada a solenidade, num tom “nacionalista”.

⁶⁹ A referência aparece num artigo de Artur Portela no *Diário de Notícias* de 15-02-1955; num artigo de Reynaldo dos Santos, “Francisco Franco”, *Colóquio* (n.º 38, 1966); na obra de José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)* (3ª ed., Venda Nova: Bertrand), 122 e em Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*, 654.

⁷⁰ A inauguração da ampliação do Cais da “Entrada da Cidade” deu-se precisamente numa comemoração da Revolução Nacional do 28 de Maio, um ano antes. Faz-se notar que, na época, a entrada na ilha fazia-se por esse cais. Cf. Cecil Miles, “Madeira...era uma vez”, *Isleña* (n.º 15, jul. – dez. 1994), 83-87.

⁷¹ “A estátua do Descobridor da Madeira e o prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco”, *Diário de Notícias* (18-02-1934), 1.

⁷² “[...] de onde se destacam a ampliação e o apetrechamento do porto do Funchal (3ª fase – 1934-39 e a 4ª fase – 1957-62), [...] melhorias nos Correios e nas comunicações e o lançamento de redes de saneamento básico”, Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *op. cit.*, 132; ou ainda a construção dos Bairros operários de S. Gonçalo e das Murteiras, executados em 1940, nas Comemorações do duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 965. “Do Estado Novo, são exemplos significativos, [...], as Avenidas do Mar, do Infante e de Zarco, a Rua Dr. Fernão de Ornelas, os edifícios da Junta Geral do Distrito, do Liceu, do Mercado dos Lavradores, do Tribunal do Funchal, da Alfândega, da ‘Casa da Luz’, o arranjo urbanístico da Praça do Município ou da Rotunda do Infante.” Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XX”, *Diário de Notícias* (Funchal, 5-10-2008).

⁷³ Cf. “Planta da cidade do Funchal que representa o estado em que ficou depois do aluvião de 3 de Outubro de 1803, e a posição das Praças” (Estampa 1) in Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, 48-49.

⁷⁴ José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, 122.

Contrariamente ao afirmado por França, a encomenda não partiu do mesmo regime.

“O momento culminante, arrebatador, foi o do descerramento da Estátua: ao soltar-se a bandeira nacional a descobrir o vulto de Gonçalves Zarco todas as bandas romperam com A Portuguesa e aquela mole imensa de público se agitou num quente e formidável ovação.

Parece-nos que nunca se viveu no Funchal um instante tão grandioso, cuja recordação perdurará por largos anos na memória dos que a ele puderam assistir”⁷⁵.

O registo foi de júbilo, os valores da nação ressurgiam no revivalismo dos grandes momentos e das grandes personagens da História.⁷⁶ O “Zarco” associava-se aos preceitos da Revolução Nacional.

É interessante notar que, contrariamente às Comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira, associadas ao movimento autonómico, desta vez o Governo central fazia-se representar por uma comitiva. Reuniram-se, em sintonia, no *Te Deum* na Sé, e logo de seguida, junto ao pedestal do ‘Zarco’, a hierarquia do poder, o presidente da União Nacional, o governador civil, o presidente da Junta Geral e o da Câmara Municipal. O protocolo e programa de festas, minuciosamente previsto e descrito nos principais periódicos da região, foi cumprido escrupulosamente.

Numa passagem do discurso do Presidente da Junta Geral, a multidão era convocada a cumprir o seu papel no desígnio nacional, o de melhor servir e imitar, nas mais humildes tarefas, a obra dos grandes:

“As figuras dos nossos antepassados têm de nos servir de exemplo e temos de as imitar, procurando cada um, dentro da sua esfera de acção, ser um herói, cumprindo com o seu dever.

Não é só o soldado que cai no campo da batalha, que morre pela Pátria. Cada um de nós, dentro da sua profissão, cumprindo com o seu dever, pode também morrer pela Pátria!”⁷⁷.

No decorrer do programa, procedeu-se também à inauguração dos retratos do general Óscar Carmona e de Oliveira Salazar, no edifício da Junta Geral, sito na mesma avenida. Cito do discurso de Basto Machado:

“As manifestações de hoje são o ‘grito de presente’ do distrito do Funchal ao chamamento do Chefe”⁷⁸.

Conclusão

Em vários momentos da História da Madeira, a imagem de Zarco encontrou sintonia no eco popular, institucional e revolucionário.

A encomenda do monumento a Zarco, surgiu no contexto da I República e a cerimónia do “lançamento da primeira pedra”, num período de aceso debate em torno do alargamento da autonomia, que encontrava, na figura de Zarco e dos Descobrimentos, justificação histórica

⁷⁵ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30-05-1934).

⁷⁶ “A nação é pois, um produto histórico; só será nacionalista a política que procurar nas directrizes da história o engrandecimento [...] continuando e não quebrando a linha de evolução que o passado marca.” Mário de Figueiredo, “As várias formas do Nacionalismo”, cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, 75.

⁷⁷ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30 -05-1934).

⁷⁸ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30 -05-1934).

para a maioria: Zarco tinha inaugurado, aquilo que os homens do início do século XX compreenderam como, a primeira forma de descentralização administrativa, financeira e normativa, o regime de capitania. Todavia, a inauguração do monumento, desenrolava-se já em pleno Estado Novo. As reivindicações autonómicas tinham ficado pelo caminho com a carga militar de 1931 e a Madeira sujeita ao ressarcimento do dispêndio financeiro da operação, chegando o Governo Central ao ponto de “retirar, em 1931, do brasão de armas da cidade do Funchal o epíteto de nobre e leal”⁷⁹.

A imagem de um Zarco, símbolo de emancipação e progresso autonómico, a olhar para o futuro, dava lugar a um Zarco de “olhar heróico sobre o passado”⁸⁰, sob a atenção permanente do representante do Governo Central, residente no simbólico Palácio Fortaleza de São Lourenço (Fig. 6).

Tanto a formalização do tributo, como o plano de melhoramentos do Funchal (Ventura Terra, 1915), partiram de iniciativas regionais, sem sequência imediata. A ditadura apoderou-se de ambos, encontrando nestes símbolos a materialização progressiva da sua Identidade⁸¹, de acordo com a sua conveniência.

Termino com palavras de Oliveira Salazar a João Abel de Freitas⁸², recém-nomeado Presidente da Junta Geral do Distrito, onde se pode vislumbrar o que foi a política do (seu) Governo relativamente à autonomia e reivindicações da Madeira.

“O abandono da Madeira por parte do Poder Central, entrou na formação da consciência madeirense [...]. [...]

Apenas porque é preciso rectificar os erros, [...], é preciso dizer que há muitas dezenas de anos não tem a Madeira quem tanto a tenha protegido e defendido como eu. [...] com alguma ilustração ou memória (que os povos não têm mas pessoas cultas devem possuir) quem quer pode fazer a comparação de antes e depois, os problemas abandonados e os resolvidos e o quanto em dinheiro que isso tem custado. [...]

Dou graças a Deus por me ter permitido ver o que vi, quando da minha viagem, para compreender este fenómeno [...]. E, porque compreendo é que a Madeira continuará sendo tratada como terra privilegiada e com paciência, ao menos enquanto se não demandarem demais. Porque, se o fizerem, é conveniente não esperar a doçura da repressão usada da outra vez”⁸³.

⁷⁹ Maria Elisa de França Brazão e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira 1931*, 123.

⁸⁰ Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*, 653.

⁸¹ Este processo pode ser visto em paralelo com o que se passava na “África Portuguesa”, onde os planos de urbanização, ao longo das décadas de 1940, 50 e 60, e os traços epopeicos da “modernização” imposta aos territórios colonizados, eram também uma forma de afirmação de poder. Ver José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura”, in *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, dir. José Mattoso (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010), 183-591.

⁸² Resposta a uma carta de 28-03-1935, onde o Dr. Abel de Freitas descrevia minuciosamente a crise na sociedade e na economia madeirense desde a década de 1920, “e o natural sentimento de abandono, ideia inclusivamente alimentada pelos políticos locais que acreditaram no novo regime.” Cit. por Alberto Vieira, *História da Madeira* (Funchal: Secretaria Regional da Educação, 2001), 335.

⁸³ António Oliveira Salazar, Lisboa, 23-05-1935, *apud* Alberto Vieira, *op. cit.*, 336-337.



Figura 1: Vista da Sé do Funchal para a Avenida Dr. Manuel de Arriaga, década de 1920. Arquivo Regional da Madeira



Figura 2: A Rotunda do Infante e o prolongamento da Avenida Arriaga, década de 1940. Arquivo Regional da Madeira



Figura 3: Cais da "Entrada da Cidade", início do século XX. Postal.
(Carlos Fotógrafo, Funchal).



Figura 4: Novo arranjo urbanístico junto à saída do cais da “Entrada da Cidade”.
José Manuel Melim Mendes, *Memórias do Funchal*, 80.



Figura 5: Inauguração do Monumento a Gonçalves Zarco, 28 de Maio de 1934.
(José Manuel Melim Mendes, *Op. cit.*, 266).



Figura 6: Avenida Arriaga, primeira metade da década de 1930. À direita, o edifício da Junta Geral do Distrito e à esquerda, a Fortaleza Palácio de S. Lourenço. Arquivo Regional da Madeira.



Figura 7: Vista da Avenida Arriaga, em direção à Sé. Postal antigo.



Figura 8: António Ferro, Oliveira Salazar e Francisco Franco, “ou a técnica do fabrico do mito. (Maio de 1934)”.
Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”* (Lisboa: Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1997).